





ASSEMBLEIAS VÃO CONCLUIR DERROTA DA PROPOSTA PARA O ACT

Sindicato divulga novo calendário de votação. Em defesa da Petrobras e nenhum direito a menos!

A direção do Sindipetro PA/AM/ MA/AP decidiu pela retomada das assembleias, apesar da direção da Petrobras não ter respondido o ofício em que exigíamos uma resposta à retirada de supervisão e a comunicação do desimplante de trabalhadores da Província do Urucu.

Na próxima semana, a categoria petroleira voltará a comparecer em peso aos seus fóruns deliberativos para seguir expressando total repúdio à tentativa de destruição do Acordo Coletivo de Trabalho para facilitar a privatização da Petrobras.

A suspensão das assembleias como protesto às punições, comunicada em ofício enviado à direção da empresa na última quinta-feira, 15 de agosto,

provocou forte repercussão na categoria em âmbito nacional.

A iniciativa foi saudada por petroleiros/as de diversas bases, mostrando que esta campanha reivindicatória retomará o antigo lema da categoria: "mexeu com meu companheiro/a, mexeu comigo"!

Na mídia brasileira, também houve grande repercussão da medida autoritária da direção da Petrobras. A matéria publicada no portal UOL, com reportagem da agência internacional Reuters, denunciou a destituição dos supervisores por supostamente não terem seguido a ordem de votarem conforme a orientação da alta administração da empresa.

Nas assembleias de norte a sul do

país as punições foram objeto de debate e indignação, expondo ao conjunto da categoria os métodos ditatoriais da gestão da ultradireita na Petrobras.

Desta forma, entendemos que o objetivo de expor e divulgar o ocorrido com os companheiros foi bem-sucedida, ainda que a gerência de Gestão de Pessoas não tenha tido a dignidade de receber a representação dos trabalhadores para tratar do assunto.

Agora vamos concluir as votações e mostrar que não permitiremos que ameacem nosso direito de opinião, organização e luta. É hora de terminar de derrotar essa proposta e preparar a greve nacional petroleira contra a privatização e pela garantia dos nossos direitos!

EM TODO O BRASIL, PETROLEIROS/AS DIZEM "NÃO"

De Norte a Sul, petroleiros/as vêm mandando seu recado: não à proposta de ACT rebaixado da Petrobras. A terceira contraproposta da empresa foi apenas mais uma extensão da reforma trabalhista – retirada de direitos e precarização do trabalho.

Nas assembleias do Sindipetro AL/ SE, foram 21 abstenções, 212 votos favoráveis e estrondosos 785 disseram não! Já nas assembleias do Litoral Paulista, a vitória da categoria foi ainda maior: 13 abstenções, 72 votos a favor e 928 trabalhadores contra. Em São José dos Campos (SP) foram 420 votos contrários e 108 a favor. No RJ, por fim, a vitória da categoria se manteve. Assembleias históricas nos edifícios administrativos estão ampliando cada vez mais a rejeição à retirada de direitos da categoria.

PETROBRAS MENTE SOBRE ACT

Nesta semana, a Petrobras publicou em seu site documento que reúne um conjunto de mentiras sobre a negociação do novo Acordo Coletivo de Trabalho. Nesta edição, trazemos as análises do Sindipetro-RJ (FNP) sobre alguns dos principais pontos contidos no documento, desmentindo os ataques que a companhia impõe aos empregados. O texto completo está disponível em nosso site.

- 1) A empresa afirma que, expirada a vigência do ACT (31 de agosto), a norma perde sua validade e que estaria impedida de manter as atuais práticas sem um novo acordo. Mas trata-se de "meia verdade" já que, mesmo com a proibição da ultratividade dada pela nova redação da CLT, as partes podem, inclusive como demonstração de boa-fé negocial, prorrogar, de comum acordo, as cláusulas expiradas.
- 2) Sobre a Assistência Multidisciplinar em Saúde (AMS), a companhia propõe que, para o empregado que até 25/01/2022 não tenha completado essa carência de 10 anos, o valor da mensali-

dade seria aumentado, somando custeio integral da participação de grande risco, ou seja, a cota do empregado e até a da empresa. Mantemos nossa posição contra essa cláusula!

- 3) A Petrobras tenta forçar a mudança no custeio da AMS. Da atual relação de 70x30 (70% da empresa e 30% dos empregados), a companhia quer aplicar a resolução 23, alterando a relação para 65x35 já em 2020, tendo como meta os 50x50. Mas vale ressaltar: decisão liminar suspendeu qualquer alteração no custeio da AMS. Não aceitaremos mais esse peso que a Petrobras quer impor à categoria.
- 4) O documento afirma que a proposta da empresa é de não acabar com a PLR. Porém, estabelece uma data limite para a celebração de acordo específico sobre a PLR (até dia 31/12/2019). E que a comissão específica para tal só seria instituída após a celebração do ACT esse é o meio que a Petrobras encontra para pressionar a aceitar um acordo rebaixado. Não vamos cair nesta chantagem!

MANIFESTAÇÕES EM DEFESA DA AMAZÔNIA Belém, PA 24.08 / 8h / Praça da República Manaus, AM 24.08 / 10h / Praça do Congresso 25.08 / 16h / Ponta Negra São Luís, MA 24.08 / 15 hrs / Praça Deodoro VAMOS MOBILIZAR AS DEMAIS CIDADES DO PAÍS! #342AMAZONIA

EDITORIAL

CHEGA DE ABUSOS!

A atual gestão da Petrobras espelha cada vez mais a ideologia de seu chefe Bolsonaro: truculência, estupidez, assédio e submissão aos interesses do capital internacional!

A negociação do ACT deste ano tem escancarado as práticas antidemocráticas que a "Gestão de Pessoas" (antigo RH) quer implantar na categoria.

O primeiro aspecto a refletirmos deve ser: a que e a quem serve esta política reacionária? Disso não temos dúvidas: à destruição da Petrobras com a consequente entrega da indústria do petróleo do país às transnacionais, notadamente estadunidenses.

E qual é o método de Bolsonaro/Castello Branco para conseguir concretizar tais objetivos?

Em primeiro lugar, tentar destruir a organização dos trabalhadores e seu espírito de luta. Para isso, vão para o "vale tudo", que inclui coação de ocupantes de cargos de chefia para votarem a favor de suas propostas de ataques à categoria e punição a quem não seguir as ordens do escalão de cima.

Na assembleia do Edifício Sede (Edise) na capital do Rio de Janeiro, o gerente executivo (ge) de "Gestão de Pessoas" chegou ao cúmulo de tentar votar na proposta de retirada de direitos que ele mesmo formulou.

Ora, ao representante dos empregados no Conselho de Administração é proibida a participação quando as reuniões do órgão tratam de políticas de Recursos Humanos por suposto "conflito de interesses".

Mas tem mais. O "ge" (com minúscula mesmo, pois não merece estar ali) Cláudio Costa sequer é empregado de carreira na Petrobras. Seu crachá verde é "pintado". Ocupa o cargo por indicação política do governo após ter servido à gestão Dória (PSDB) em São Paulo.

Se é permitido que a empresa interfira diretamente nos fóruns dos trabalhadores, também exigimos participar da decisão de políticas como remuneração de executivos, vendas de ativos, política de segurança operacional, entre outras instâncias. Ou a "participação" só vale quando é contra nossos interesses?

BOLETIM INFORMATIVO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DO PETRÓLEO NOS ESTADOS DO PARÁ, AMAZONAS, MARANHÃO E AMAPÁ

BELÉM (PA) - AV. ALCINDO CACELA, 1264, ED. EMPIRE CENTER, SALA 101, NAZARÉ, CEP: 66040-020 TELEFONES: (091) 3246-0488/ 0439; E-MAIL: SPETROPA@SINDIPETROPAAMMAAP.ORG.BR

MANAUS (AM) - R. PROFª CACILDA PEDROSO, Nº 529, ALVORADA I, CEP: 69043-000 TELEFONES: (092) 3656-7860/ 3657-1395; E-MAIL: SECRETARIA@SINDIPETROPAAMMAAP.ORG.BR

SITE: WWW.SINDIPETROAMAZONIA.ORG.BR